
Obrigações SPA/MF: como responder a ofício sem improviso

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Regulação · Estratégico

Obrigações SPA/MF: como responder a ofício sem improviso

O dossiê permanente, a cadeia de custódia dos dados e a governança de quem assina o que perante o regulador

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 23/09/2026 às 14h04

· 10 min de leitura

Por que importa

Pedido de informação do regulador tem prazo próprio e não espera o operador reconstituir evidência que deveria estar arquivada.

Dossiê desatualizado trava due diligence em M&A e vira desconto de preço na mesa de negociação.

Resposta incompleta gera pedido complementar e sinaliza fragilidade de controle interno, ampliando o escopo da fiscalização.

Obrigações SPA/MF: como responder a ofício sem improviso

Chegou um ofício da SPA/MF pedindo dados da sua operação. Em quantos dias você responde, quem assina, e o que precisaria estar pronto antes de o pedido chegar? Este texto é para quem responde por licença, compliance e operação em casa de apostas autorizada — não para entender o calendário de entregas, que já está em obrigações SPA/MF: o calendário que sustenta sua licença, mas para montar a rotina interna que transforma cada pedido do regulador em tarefa de um dia útil, e não em mutirão de duas semanas.

Resumo executivo

Conformidade não termina no dia da autorização: o dossiê de licença é documento vivo, com dono e data de validade por item.

Todo pedido de informação encontra a operação em um de dois estados — arquivo pronto ou reconstituição sob pressão. O custo entre os dois é de semanas.

O risco maior não é a ausência do dado, é o dado existir no PAM e não sair no formato e no recorte que o regulador pediu.

Responsável designado sem acesso aos sistemas que assina é falha de governança, não de documentação.

Pedido de prorrogação fundamentado costuma custar menos que resposta incompleta entregue no prazo.

Por que a fase mudou: de orientação para prestação de contas

O mercado brasileiro operou o primeiro período regulado sob a Lei 14.790/2023 com o regulador em modo de estruturação: consultas públicas, portarias sucessivas, prazos elásticos na prática. Esse ciclo se encerra por exaustão natural. Quando a base normativa está posta e as autorizações estão emitidas, o instrumento seguinte do regulador não é a orientação, é o pedido de informação — e, se a resposta não convencer, o processo sancionador.

A sinalização veio pelo comportamento recente da administração: bloqueio de domínios, atuação sobre meios de pagamento na Portaria 2.750 e notificações do MJSP a lojas de aplicativos. São medidas dirigidas ao mercado ilegal, mas indicam apetite de fiscalização. O operador autorizado é justamente o que tem endereço, CNPJ e responsável designado — ou seja, é o mais fácil de intimidar.

Nota de método: as portarias da SPA/MF continuam sendo editadas, alteradas e revogadas.

Obrigações SPA/MF: como responder a ofício sem improviso

Prazos de guarda de registros, formatos de reporte e hipóteses de comunicação prévia devem ser conferidos no texto vigente publicado no Diário Oficial da União na data em que você montar o procedimento — e reconferidos a cada revisão trimestral. Este artigo trata da arquitetura da rotina, não substitui a leitura da norma.

O dossiê permanente de licença: o que fica pronto antes do pedido

O erro estrutural mais comum é tratar conformidade como projeto de licenciamento. O time monta um calhamaço para obter a autorização, comemora a publicação e o dossiê congela naquela data. Seis meses depois, mudou o PSP, entrou um provedor de jogos novo, saiu o diretor de PLD/FT e três certificados venceram. Nada disso está refletido no arquivo.

A alternativa é um dossiê permanente: repositório único, versionado, com dono nomeado e data de validade por documento. Não é um drive compartilhado com pastas por ano — é um índice em que cada linha tem responsável, versão vigente, data do último aceite e evidência de onde o dado nasce.

BlocoConteúdo típicoGatilho de atualização

SocietárioContrato social, quadro de sócios, cadeia de controle, comprovação econômico-financeiraQualquer alteração de controle, entrada de sócio ou aporte

TécnicoCertificações de plataforma e de jogos, laudos de laboratório, relatórios de RNGVencimento do certificado, nova versão do sistema, novo provedor

CompliancePolítica de PLD/FT, plano de jogo responsável, manual de KYC, atas de treinamentoRevisão anual, mudança normativa, troca de responsável designado

ContratualContratos com PSP, provedores de jogos, feed de dados, afiliados e agênciasAssinatura, aditivo, encerramento ou troca de fornecedor crítico

PessoasDesignações formais, procurações, matriz de quem assina o quêDesligamento, promoção ou substituição de designado

DadosDicionário de dados, política de retenção, trilhas de auditoria, rotinas de extraçãoMudança de PAM, de data warehouse ou de formato exigido pelo regulador

Estrutura mínima do dossiê permanente (adaptar ao porte da operação)

Cadeia de custódia: o dado existe, mas sai no formato pedido?

Obrigações SPA/MF: como responder a ofício sem improviso

Na prática, a falha mais cara não é ausência de registro. É registro que existe dentro do PAM e não é exportável no recorte solicitado — por período, por CPF, por método de pagamento, por mercado esportivo, com carimbo de tempo confiável. Quando o operador depende de um chamado ao fornecedor de plataforma para gerar qualquer extração não padronizada, o prazo regulatório passa a ser gerido por um terceiro. Esse é o argumento central de como não virar refém do PAM na camada de dados.

Três perguntas resolvem o diagnóstico em uma reunião de uma hora:

O dado bruto está sob controle da operadora ou só dentro do ambiente do fornecedor?

Existe cláusula contratual que obriga o fornecedor a entregar evidência em prazo compatível com o prazo regulatório — e com penalidade se não entregar?

A extração é reproduzível por uma segunda pessoa, com a mesma consulta, gerando o mesmo resultado seis meses depois?

Se a terceira resposta for não, a operação não tem cadeia de custódia — tem alguém que sabe fazer o relatório. Isso não sobrevive a um desligamento.

Quem assina o quê — e o que acontece quando essa pessoa sai

A norma exige responsáveis designados para funções específicas, e o desenho desses cargos está detalhado em o organograma que a norma exige ter. O recorte aqui é outro: a matriz de assinatura perante o regulador. Para cada tipo de comunicação — reporte periódico, resposta a intimação, comunicação de alteração societária, notificação de incidente —, defina nome, suplente e prazo interno de validação.

Duas patologias recorrentes: o designado formal que não tem acesso aos sistemas sobre os quais assina, e a saída de um designado sem comunicação tempestiva ao regulador. A segunda transforma um problema de RH em irregularidade cadastral. Coloque a comunicação de substituição no checklist de desligamento, ao lado da devolução do crachá.

O fluxo de resposta a ofício, em sete passos

Recebimento e registro. Um único canal de entrada (caixa postal institucional monitorada por duas pessoas), protocolo interno com data e hora, contagem de prazo iniciada no mesmo dia.

Obrigações SPA/MF: como responder a ofício sem improviso

Triagem em 24 horas. Classificar: o que está sendo pedido, qual sistema é a fonte, qual a data-limite e qual o responsável técnico pela produção.

Decisão sobre prorrogação. Se a produção do dado exigir mais da metade do prazo, avaliar pedido fundamentado logo no início — e não na véspera.

Produção com dupla checagem. Quem extrai não é quem confere. Divergência entre o número do relatório e o número já reportado em entrega periódica anterior precisa ser explicada antes do envio, não depois.

Revisão jurídica. O texto da resposta responde exatamente ao que foi perguntado, sem abrir escopo novo e sem omitir item pedido.

Protocolo pela via formal indicada no ofício, com comprovante arquivado.

Arquivamento da evidência enviada. Congelar a versão exata do que foi entregue, com a consulta que gerou o dado. Pedido complementar quase sempre pede detalhe do que já foi respondido.

Sobre o passo 3, vale a heurística contrária à intuição: resposta incompleta entregue no prazo costuma custar mais que prorrogação pedida com fundamento. A resposta parcial gera inconsistência, a inconsistência gera pedido complementar, e o pedido complementar amplia o escopo da análise. O regulador que recebe dois números diferentes para a mesma pergunta passa a duvidar dos dois.

Gatilhos de comunicação obrigatória

Parte das obrigações não segue calendário: depende de um evento. Mudança de controle societário, alteração de domínio, substituição de fornecedor crítico, troca de responsável designado, incidente relevante de segurança da informação. Em regimes maduros, esse é o núcleo do chamado reporte de eventos-chave — o Reino Unido, pela UKGC, e Malta, pela MGA, trabalham com listas explícitas de eventos que disparam comunicação, além de retornos periódicos. Não é regra brasileira e não deve ser tratada como tal, mas é um bom espelho para desenhar a lista interna.

O procedimento prático: mapear quais eventos, na leitura das portarias vigentes, exigem comunicação ou anuência prévia; escrever essa lista em uma página; e pendurar cada item no processo que o produz. Alteração societária nasce no jurídico; troca de provedor nasce em produto ou tecnologia; incidente nasce em segurança. Se a lista mora só no compliance, o compliance descobre depois de todo mundo.

Obrigações SPA/MF: como responder a ofício sem improviso

O simulado que revela o tamanho do problema

Uma vez por trimestre, alguém da diretoria emite um pedido interno redigido como se fosse do regulador — específico, com recorte incômodo e prazo curto. Exemplo: todos os depósitos recusados por um método de pagamento em um mês determinado, segmentados por motivo de recusa, com a política de KYC vigente naquela data anexada. Cronometre.

Quem só descobre onde o dado está no dia em que o regulador pergunta já perdeu metade do prazo antes de começar a produzir a resposta.

O simulado tem um efeito colateral útil: expõe as dependências de fornecedor e as lacunas contratuais antes que elas apareçam em situação real ou em due diligence. Como já se viu em operações de médio porte em processo de consolidação, o comprador que não consegue reconstituir evidência de conformidade passada precifica esse risco — o ponto tratado em o que a licença não transfere no valuation de uma operadora.

O que medir

MétricaComo calcularMeta de referência

Tempo de produção sob demandaHoras úteis entre o pedido interno e o relatório revisadoMetade do prazo legal aplicável

Validade do dossiê% de documentos dentro da data de validadeAcima de 95% na auditoria trimestral

Qualidade da respostaNº de pedidos complementares após a primeira respostaTendência decrescente ciclo a ciclo

Cobertura de donos% de obrigações com pessoa nomeada e evidência arquivada100%, sem área genérica como responsável

Dependência de terceiros% de extrações que exigem chamado ao fornecedorReduzir a cada trimestre

Indicadores de prontidão regulatória

Os cinco erros que se repetem

Dossiê congelado na data da autorização, sem versionamento nem validade por documento.

Obrigações SPA/MF: como responder a ofício sem improviso

Dado que existe no sistema, mas não sai no formato e no recorte pedidos.

Responsável designado sem acesso operacional ao que assina.

Contrato com fornecedor crítico sem cláusula de auditoria e de entrega de evidência em prazo regulatório.

Responder com o que se tem, no prazo, em vez de pedir prorrogação fundamentada.

Duas incertezas seguem abertas e afetam o desenho: o desfecho das propostas de alteração do marco legal em discussão, que pode mexer no escopo do que se presta contas, e a eventual consolidação dos reportes em canal único pela SPA. Nenhuma das duas é motivo para adiar. A rotina descrita aqui é agnóstica ao canal: se mudar o formulário, muda o passo final do fluxo — o dossiê, os donos e a cadeia de custódia continuam servindo.

O teste é simples. Se o ofício chegasse hoje à tarde, quem abriria o e-mail, quem começaria a extração e em quanto tempo o documento estaria assinado? Se a resposta depende de uma pessoa específica estar disponível, o problema não é regulatório — é de desenho interno, e custa menos consertar antes.

Monte o simulado antes do ofício real

Rode o primeiro pedido interno cronometrado nesta semana e acompanhe no iGBRASIL as mudanças nas portarias da SPA/MF que alteram prazos e formatos de reporte. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Assuntos:

Compliance · Governança · Lei 14.790/2023 · Licenciamento · SPA/MF

Fonte original:

<https://igbrasil.com/noticias/regulacao/obrigacoes-spa-mf-como-responder-a-oficio-sem-improviso>

Documento gerado em 23/09/2026 às 16h04.

Obrigações SPA/MF: como responder a ofício sem improviso

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.

iGBRASIL